

## MODELO PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2013

**IMPORTANTE:** As contribuições que não se tratam de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail [cnap.consulta@planalto.gov.br](mailto:cnap.consulta@planalto.gov.br). Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

**NOME/IDENTIFICAÇÃO:** Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima  
**CPF/CNPJ:** 33.146.952/0001-77

**EXTRATO:** Proposta de critérios para definir os custos de adicionais além do trabalho do prático que vêm a compor o valor do serviço a ser pago pelo armador.

### COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM – CNAP

#### CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS – MODELO NOTA TÉCNICA

Além da remuneração do trabalho do Prático, as tarifas pagas devem contemplar 4 grupos de custos incorridos na prestação do serviço:

- a) custo administrativo;
- b) custo da atalaia;
- c) custo das lanchas de apoio;
- d) impostos e encargos da Pessoa Jurídica.

Os custos acima estão detalhados no Anexo I da Proposta, agrupados de forma diferente, mas que de uma forma ou de outra estariam contemplados nos 4 grupos que iremos comentar. O levantamento dos valores itemizados na Proposta, para cada ZP, será sem dúvida um trabalho demorado, caro e, ainda assim, sujeito a inúmeras contestações, pois para cada item será necessário analisar a relação preço x qualidade, quantidade e até mesmo a sua real necessidade para a execução dos serviços de forma adequada.

A médio prazo, a formação de um banco de dados com os custos itemizados na forma apresentada na Proposta, certamente ajudaria a análise das tarifas praticadas, com vistas a correções periódicas das tabelas de cobrança. Entretanto, acreditamos que existe consenso de que o assunto demanda soluções imediatas, pois a cada dia que passa cresce a insatisfação de parte a parte e a indispensável redução de custos não chega ao usuário.

A proposta a seguir dá tratamento simplificado a cada um dos grupos de custos relacionados acima.

- a) Custo Administrativo – Tratando-se de empresa de prestação de serviços externos, a participação dos custos administrativos não é significativa em relação ao custo total da empresa e comparações feitas com empresas similares apontam para uma participação dos custos administrativos entre 5% e 10% da Receita Bruta. Propomos adotar uma relação de 10% para as ZP's de menor volume de manobras e 7% para as demais ZP's.
- b) Custo da Atalaia – Estudos feitos no passado, pela própria Autoridade Marítima, indicavam uma relação de até 20% entre o custo da Atalaia e a Receita Bruta do serviço de praticagem. Com o crescimento do número de manobras e o aumento das tarifas, muito superior à variação dos índices inflacionários, podemos considerar que ocorreu uma queda substancial nesta relação e propomos 15% para as ZP's de menor volume e 12% para as demais.
- c) Custo das Lanchas de Apoio – A estimativa do custo da lancha de praticagem poderá ser feita com uma comparação com os preços praticados por empresas que prestam outros serviços de apoio portuário, em portos nacionais onde exista livre concorrência e preços de mercado. Considerando as características especiais das lanchas de praticagem, um fator de correção poderia ser aplicado sobre os valores apurados para os serviços de terceiros. As empresas de navegação que operam regularmente nos portos nacionais teriam condições de fornecer dados reais sobre os preços praticados nos diversos portos, identificando aqueles que poderiam ser usados como referência. Para as ZP's de menor volume, poderia ser adotado um valor mínimo mensal, sem bem que, nesses portos, as lanchas da praticagem costumam atender a todos os serviços portuários, proporcionando uma receita complementar.
- d) Impostos e Encargos da Pessoa Jurídica – O Anexo I do documento em audiência propõe a realização de um estudo complementar para cada ZP, para identificar a carga tributária aplicável às empresas de praticagem, mas já antecipa os impostos e encargos incidentes. Entretanto, na análise em questão deve ser considerado que as empresas de praticagem devem ser formadas como Sociedades Uniprofissionais, em que o serviço é prestado diretamente pelos sócios, como profissionais liberais, o que reduz sensivelmente o custo com os impostos devidos, refletindo diretamente na redução das tarifas.

Uma vez definidos os % de (a), (b) e (d) seria feito o “grossup” da remuneração mensal dos práticos, acrescido do custo das lanchas de apoio (c) para determinar a Receita Bruta Mensal para aquela ZP, permitindo calcular o Valor Médio por Manobra, com base na estimativa do número de manobras no mês.